

Daniel Castro Gomes da Costa

Prefácio

*Tarcísio Vieira de Carvalho Neto*

Apresentação

*Reynaldo Soares da Fonseca*

# CURSO DE DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

2ª Edição revista, ampliada e atualizada

CONFORME:

- Emenda Constitucional nº 97 de 2017
- Emenda Constitucional nº 107 de 2020
- Resoluções TSE – Eleições 2020

Belo Horizonte

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	17
PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
<b>Tarcísio Vieira de Carvalho Neto</b> .....	19
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
<b>Reynaldo Soares da Fonseca</b> .....	23
CAPÍTULO 1	
TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL.....	27
1.1 Direitos Políticos .....	27
1.2 Direito Eleitoral.....	29
1.2.1 Conceitos, Fundamentos e Importância.....	29
1.2.2 Fontes do Direito Eleitoral.....	31
1.2.2.1 Fontes Materiais.....	32
1.2.2.2 Fontes Formais .....	33
1.3 Modelos de Organização Eleitoral .....	35
1.4 Direito Processual Eleitoral.....	40
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO ELEITORAL.....	43
2.1 Conceito .....	43
2.2 Princípio Democrático .....	46
2.3 Princípio da Representatividade .....	51
2.4 Estado Democrático de Direito.....	56
2.5 Princípio da Soberania Popular.....	63
2.6 Princípio Republicano.....	67
2.7 Princípio Federativo.....	71
2.8 Sufrágio Universal.....	73
2.9 Princípio da Legitimidade.....	84
2.10 Princípio da Moralidade.....	87
2.11 Princípio da Probidade .....	93
2.12 Princípios Processuais aplicáveis ao Direito Eleitoral.....	97
2.12.1 Princípio do Devido Processo Legal .....	97
2.12.2 Princípio do Contraditório .....	102
2.12.3 Princípio da Ampla Defesa.....	104
2.12.4 Princípio da Igualdade.....	107
2.12.5 Princípio do Juiz Natural.....	116
2.12.6 Princípio da Vedação à Prova Ilícita .....	120
2.12.7 Princípio da Duração Razoável do Processo .....	129
2.12.8 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição .....	135
2.12.9 Preclusão Instantânea .....	139
2.12.10 Irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	145
CAPÍTULO 3	
SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO.....	149
3.1 Sistema Eleitoral Majoritário.....	150
3.2 Sistema Eleitoral Proporcional.....	150

3.3	Sistema Eleitoral - Eleições 2020 .....	153
CAPÍTULO 4		
	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	157
4.1	Competência Legislativa.....	157
4.2	Constituição Federal.....	157
4.3	Código Eleitoral .....	160
4.4	Lei das Eleições - Lei n. 9.504, de 1997.....	162
4.5	Lei dos Partidos Políticos - Lei n. 9.096, de 1995 .....	163
4.6	Lei das Inelegibilidades - Lei Complementar n. 64, de 1990 .....	165
CAPÍTULO 5		
	ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	167
5.1	Juntas Eleitorais .....	167
5.2	Juizes Eleitorais.....	169
5.3	Tribunais Regionais Eleitorais .....	170
5.3.1	Composição .....	170
5.3.2	Competência.....	172
5.3.2.1	Competência Jurisdicional .....	173
5.3.2.2	Competência Administrativa .....	174
5.4	Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	176
5.4.1	Composição .....	176
5.4.2	Competência.....	178
5.4.2.1	Competência Jurisdicional .....	179
5.4.2.1.1	Competência Administrativa.....	180
5.4.2.1.2	Competência Normativa.....	181
5.5	Organograma da Justiça Eleitoral brasileira.....	185
5.6	Ministério Público Eleitoral.....	186
5.6.1	Noções introdutórias.....	186
5.6.2	Procurador-Geral Eleitoral .....	191
5.6.3	Procuradores Regionais Eleitorais .....	192
5.6.4	Promotores Eleitorais .....	193
CAPÍTULO 6		
	AÇÕES ELEITORAIS .....	195
6.1	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) .....	198
6.1.1	Conceito .....	198
6.1.2	Fundamentação Legal.....	203
6.1.3	Natureza Jurídica.....	203
6.1.4	Legitimidade .....	206
6.1.5	Prazo .....	213
6.1.6	Competência.....	219
6.1.7	Rito Processual .....	219
6.1.8	Efeitos .....	221
6.1.9	Recursos .....	223
6.1.10	Resumindo.....	224
6.2	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) .....	225
6.2.1	Conceito .....	225
6.2.2	Fundamentação Legal.....	227
6.2.3	Natureza Jurídica.....	228
6.2.4	Legitimidade .....	228
6.2.5	Prazo .....	236
6.2.6	Competência.....	240
6.2.7	Rito Processual .....	240
6.2.8	Efeitos .....	245

6.2.9	Recursos .....	246
6.2.10	Resumindo.....	247
6.3	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	248
6.3.1	Conceito .....	248
6.3.2	Fundamentação Legal.....	248
6.3.3	Natureza Jurídica.....	253
6.3.4	Legitimidade .....	253
6.3.5	Prazo .....	260
6.3.6	Competência.....	263
6.3.7	Rito Processual .....	263
6.3.8	Efeitos .....	264
6.3.9	Recursos .....	264
6.3.10	Peculiaridades da AIRC.....	264
6.3.11	Resumindo.....	278
6.4	Ação de Impugnação da Diplomação (AIDI).....	279
6.4.1	Conceito .....	279
6.4.2	Fundamentação Legal.....	284
6.4.3	Natureza Jurídica.....	284
6.4.4	Legitimidade .....	284
6.4.5	Prazo .....	289
6.4.6	Competência.....	290
6.4.7	Rito Processual .....	292
6.4.8	Efeitos .....	296
6.4.9	Recursos .....	296
6.4.10	Resumindo.....	297
6.5	Ação de Representação por Propaganda Irregular (ARPI).....	298
6.5.1	Conceito .....	298
6.5.2	Fundamentação Legal.....	306
6.5.3	Natureza Jurídica.....	307
6.5.4	Legitimidade .....	307
6.5.5	Prazo .....	309
6.5.6	Competência.....	311
6.5.7	Rito Processual .....	311
6.5.8	Efeitos .....	313
6.5.9	Recursos .....	315
6.5.10	Resumindo.....	317
6.6	Ação de Representação por Arrecadação e Gastos Ilícitos (ARAGI).....	317
6.6.1	Conceito .....	317
6.6.2	Fundamentação Legal.....	318
6.6.3	Natureza Jurídica.....	318
6.6.4	Legitimidade .....	319
6.6.5	Prazo .....	322
6.6.6	Competência.....	324
6.6.7	Rito Processual .....	324
6.6.8	Efeitos .....	327
6.6.9	Recursos .....	331
6.6.10	Resumindo.....	331
6.7	Ação de Representação por Captação Ilícita de Sufrágio (ARCIS).....	332
6.7.1	Conceito .....	332
6.7.2	Fundamentação Legal.....	332
6.7.3	Natureza Jurídica.....	341
6.7.4	Legitimidade .....	342
6.7.5	Prazo .....	345
6.7.6	Competência.....	348
6.7.7	Rito Processual .....	349
6.7.8	Efeitos .....	351

6.7.9	Recursos .....	353
6.7.10	Resumindo.....	353
6.8	Ação de Representação das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais (ARCV) .....	354
6.8.1	Conceito .....	354
6.8.2	Fundamentação Legal.....	356
6.8.3	Natureza Jurídica.....	379
6.8.4	Legitimidade .....	379
6.8.5	Prazo.....	382
6.8.6	Competência.....	383
6.8.7	Rito Processual .....	383
6.8.8	Efeitos .....	384
6.8.9	Recursos .....	390
6.8.10	Resumindo.....	390
6.9	Ação Rescisória Eleitoral (ARE) .....	391
6.9.1	Conceito .....	391
6.9.2	Fundamentação Legal.....	392
6.9.3	Natureza Jurídica.....	397
6.9.4	Legitimidade .....	400
6.9.5	Prazo.....	402
6.9.6	Competência.....	403
6.9.7	Rito Processual .....	404
6.9.8	Efeitos .....	406
6.9.9	Recursos .....	407
6.9.10	Resumindo.....	407
6.10	Ação de Representação por Doação Acima do Limite Legal (ARDALL) .....	407
6.10.1	Conceito .....	407
6.10.2	Fundamentação Legal.....	408
6.10.3	Natureza Jurídica.....	409
6.10.4	Legitimidade .....	409
6.10.5	Prazos .....	410
6.10.6	Competência.....	414
6.10.7	Rito Processual .....	416
6.10.8	Efeitos .....	417
6.10.9	Recursos .....	425
6.10.10	Resumindo.....	426
6.11	Ação de Representação por Divulgação de Pesquisa Eleitoral Irregular (ARPEI) .	426
6.11.1	Conceito .....	426
6.11.2	Fundamentação Legal.....	435
6.11.3	Natureza Jurídica.....	436
6.11.4	Legitimidade .....	436
6.11.5	Prazos .....	438
6.11.6	Competência.....	439
6.11.7	Rito Processual .....	439
6.11.8	Efeitos .....	440
6.11.9	Recursos .....	440
6.11.10	Resumindo.....	442
6.12	Ação de Reclamação de Direito de Resposta (ARDP).....	442
6.12.1	Conceito .....	442
6.12.2	Fundamentação Legal.....	445
6.12.3	Natureza Jurídica.....	446
6.12.4	Legitimidade .....	446
6.12.5	Prazos .....	450
6.12.6	Competência.....	452
6.12.7	Rito Processual .....	453
6.12.8	Efeitos .....	455

6.12.9	Recursos .....	456
6.12.10	Resumindo.....	457
6.13	Consulta .....	457
6.13.1	Conceito .....	457
6.13.2	Fundamentação Legal.....	460
6.13.3	Natureza Jurídica.....	460
6.13.4	Legitimidade .....	461
6.13.5	Prazo.....	468
6.13.6	Competência.....	471
6.13.7	Rito Processual .....	472
6.13.8	Efeitos e Recursos .....	477
6.13.9	Resumindo.....	477
6.14	Prestação de Contas de Campanha Eleitoral.....	477
6.14.1	Conceito .....	477
6.14.2	Fundamentação Legal.....	483
6.14.3	Natureza Jurídica.....	484
6.14.4	Legitimidade .....	486
6.14.5	Prazo.....	491
6.14.6	Competência.....	497
6.14.7	Rito Processual .....	498
6.14.8	Efeitos .....	517
6.14.9	Recursos .....	519
6.14.10	Resumindo.....	521

## CAPÍTULO 7

AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	523
7.1 <i>Habeas Data</i> .....	523
7.1.1 Conceito .....	523
7.1.2 Fundamentação Legal.....	524
7.1.3 Natureza Jurídica.....	525
7.1.4 Legitimidade .....	525
7.1.5 Prazo.....	525
7.1.6 Competência.....	526
7.1.7 Rito Processual .....	526
7.1.8 Efeitos .....	528
7.1.9 Recursos .....	528
7.1.10 Resumindo.....	529
7.2 Mandado de Injunção .....	530
7.2.1 Conceito .....	530
7.2.2 Fundamentação Legal.....	530
7.2.3 Natureza Jurídica.....	531
7.2.4 Prazo.....	531
7.2.5 Competência.....	531
7.2.6 Legitimidade .....	532
7.2.7 Rito Processual .....	532
7.2.8 Efeitos .....	533
7.2.9 Recursos .....	534
7.2.10 Resumindo.....	535
7.3 Mandado de Segurança no Direito Eleitoral .....	535
7.3.1 Conceito .....	535
7.3.2 Fundamentação Legal.....	538
7.3.3 Natureza Jurídica.....	541
7.3.4 Legitimidade .....	543
7.3.5 Prazo.....	549
7.3.6 Competência.....	549

7.3.7	Rito Processual.....	551
7.3.8	Efeitos.....	552
7.3.9	Recursos.....	552
7.3.10	Resumindo.....	553

## CAPÍTULO 8

RECURSOS ELEITORAIS.....	555	
8.1	Considerações Iniciais.....	555
8.2	Embargos de Declaração.....	556
8.2.1	Conceito.....	556
8.2.2	Fundamentação Legal.....	557
8.2.3	Natureza Jurídica.....	567
8.2.4	Legitimidade.....	568
8.2.5	Prazo.....	569
8.2.6	Competência.....	570
8.2.7	Rito Processual.....	570
8.2.8	Efeitos.....	574
8.2.9	Recursos.....	578
8.2.10	Resumindo.....	578
8.3	Agravo Interno.....	579
8.3.1	Conceito.....	579
8.3.2	Fundamentação Legal.....	579
8.3.3	Natureza Jurídica.....	581
8.3.4	Legitimidade.....	581
8.3.5	Prazo.....	581
8.3.6	Competência.....	583
8.3.7	Rito Processual.....	583
8.3.8	Efeitos.....	585
8.3.9	Recursos.....	585
8.3.10	Resumindo.....	586
8.4	Agravo de Instrumento.....	586
8.4.1	Conceito.....	586
8.4.2	Fundamentação Legal.....	587
8.4.3	Natureza Jurídica.....	591
8.4.4	Legitimidade.....	591
8.4.5	Prazo.....	592
8.4.6	Competência.....	593
8.4.7	Rito Processual.....	593
8.4.8	Efeitos.....	594
8.4.9	Recursos.....	594
8.4.10	Resumindo.....	594
8.5	Recurso Ordinário.....	595
8.5.1	Recurso Ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.....	595
8.5.1.1	Conceito.....	595
8.5.1.2	Fundamentação Legal.....	596
8.5.1.3	Natureza Jurídica.....	597
8.5.1.4	Legitimidade.....	597
8.5.1.5	Prazo.....	598
8.5.1.6	Competência.....	599
8.5.1.7	Rito Processual.....	599
8.5.1.8	Efeitos.....	599
8.5.1.9	Resumindo.....	603
8.5.2	Recurso Ordinário Constitucional Eleitoral.....	603
8.5.2.1	Conceito.....	603
8.5.2.2	Fundamentação Legal.....	604

8.5.2.3	Natureza Jurídica.....	609
8.5.2.4	Legitimidade .....	609
8.5.2.5	Prazo.....	609
8.5.2.6	Competência.....	609
8.5.2.7	Rito Processual.....	609
8.5.2.8	Efeitos .....	610
8.5.2.9	Recursos .....	610
8.5.2.10	Resumindo.....	611
8.6	Recurso Especial .....	612
8.6.1	Conceito .....	612
8.6.2	Fundamentação Legal.....	612
8.6.3	Natureza Jurídica.....	615
8.6.4	Legitimidade .....	615
8.6.5	Prazo.....	617
8.6.6	Competência.....	621
8.6.7	Rito Processual.....	621
8.6.8	Efeitos .....	627
8.6.9	Recursos .....	629
8.6.10	Resumindo.....	629
8.7	Recurso Extraordinário.....	630
8.7.1	Conceito .....	630
8.7.2	Fundamentação legal .....	630
8.7.3	Natureza Jurídica.....	634
8.7.4	Legitimidade .....	635
8.7.5	Prazo.....	635
8.7.6	Competência.....	636
8.7.7	Rito Processual.....	636
8.7.8	Efeitos .....	643
8.7.9	Recursos .....	644
8.7.10	Resumindo.....	644
8.8	Reclamação .....	645
8.8.1	Conceito .....	645
8.8.2	Fundamentação Legal.....	646
8.8.3	Natureza Jurídica.....	647
8.8.4	Legitimidade .....	647
8.8.5	Prazo.....	647
8.8.6	Competência.....	648
8.8.7	Rito Processual e Peculiaridades .....	650
8.8.8	Resumindo.....	650
8.9	Recursos Inominados Eleitorais .....	650
8.9.1	Conceito .....	650
8.9.2	Fundamentação Legal.....	651
8.9.3	Natureza Jurídica.....	652
8.9.4	Legitimidade .....	652
8.9.5	Prazo.....	654
8.9.6	Competência.....	655
8.9.7	Rito Processual.....	656
8.9.8	Efeitos .....	658
8.9.9	Recursos .....	658
8.9.10	Resumindo.....	658

## CAPÍTULO 9

RECURSOS CRIMINAIS ELEITORAIS .....	659
9.1 Considerações Iniciais.....	659
9.2 Recurso em Sentido Estrito .....	670

9.2.1	Conceito .....	670
9.2.2	Fundamentação Legal.....	670
9.2.3	Natureza Jurídica.....	672
9.2.4	Legitimidade .....	672
9.2.5	Prazo.....	673
9.2.6	Competência.....	673
9.2.7	Rito Processual .....	673
9.2.8	Efeitos .....	673
9.2.9	Recursos .....	674
9.2.10	Resumindo.....	674
9.3	<i>Habeas Corpus</i> .....	674
9.3.1	Conceito .....	674
9.3.2	Fundamentação Legal.....	674
9.3.3	Natureza Jurídica.....	680
9.3.4	Legitimidade .....	680
9.3.5	Prazo.....	680
9.3.6	Competência.....	680
9.3.7	Rito Processual .....	684
9.3.8	Efeitos .....	686
9.3.9	Recursos .....	686
9.3.10	Resumindo.....	688
9.4	Revisão Criminal Eleitoral.....	688
9.4.1	Conceito .....	688
9.4.2	Fundamentação Legal.....	688
9.4.3	Natureza Jurídica.....	691
9.4.4	Legitimidade .....	691
9.4.5	Prazo.....	691
9.4.6	Competência.....	691
9.4.7	Rito Processual .....	691
9.4.8	Efeitos .....	692
9.4.9	Resumindo.....	692
REFERÊNCIAS.....		693

## ANEXOS

ANEXO A – Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral.....		701
ANEXO B – Súmulas do Supremo Tribunal Federal em Matéria Eleitoral .....		705
ANEXO C – Súmulas do Superior Tribunal de Justiça em Matéria Eleitoral.....		707
ANEXO D – Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral .....		709
ANEXO E – Emendas Constitucionais.....		725
1.	Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017.....	725
2.	Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020.....	727
ANEXO F – Resolução nº 23.478, de 10 de maio de 2016 - Código de Processo Civil no âmbito da Justiça Eleitoral.....		729
ANEXO G – Resoluções TSE .....		733
1.	Resolução nº 23.605, de 17 de dezembro de 2019.....	733
2.	Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019.....	736
3.	Resolução nº 23.608, de 18 de dezembro de 2019.....	771
4.	Resolução nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019.....	785
5.	Resolução nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019.....	803
6.	Resolução nº 23.621, de 25 de junho de 2020 .....	837
7.	Resolução nº 23.622, de 1º de julho de 2020 .....	838
8.	Resolução nº 23.623, de 30 de junho 2020.....	839
9.	Resolução nº 23.624, de 13 de agosto de 2020.....	841
10.	Resolução nº 23.625, de 13 de agosto de 2020.....	849
11.	Resolução nº 23.627, de 13 de agosto de 2020.....	853